



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 11.089/19

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da **PBPREV, Sr. Yuri Simpson Lobato**, concedendo Pensão por morte do servidor *Sr Francisco Muniz de Almeida*, matrícula nº 471.084-3, Juiz de Direito 3ª Entrância, lotado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária **Francisca Fernandes Maia de Almeida**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Sra. **Francisca Fernandes Maia de Almeida**.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC n° 11.089/19

Objeto: Pensão

Beneficiária: **Francisca Fernandes Maia de Almeida**

Servidor (a): **Francisco Muniz de Almeida**

Órgão: **Paraíba Previdência**

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC n° 1731/2019

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC n° 11.089/19**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor *Sr Francisco Muniz de Almeida*, matrícula n° 471.084-3, Juiz de Direito 3ª Entrância, lotado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária **Francisca Fernandes Maia de Almeida**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria P n° 206-19], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 12 de setembro de 2019.

Assinado 13 de Setembro de 2019 às 12:31



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 13 de Setembro de 2019 às 09:41



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira  
Filho**  
RELATOR

Assinado 13 de Setembro de 2019 às 13:16



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO